

“Se eu tivesse estudo eu não tinha sofrido tanto”: saberes e memórias de idosos analfabetos

Eraldo Carlos Batista¹

Rosilda França Lima²

RESUMO

No presente estudo teve-se como objetivo compreender os fatores que levaram pessoas da terceira idade a terem sua escolaridade usurpada e como a sua leitura de mundo contribui para preservar seus saberes e suas memórias com altivez. Como recurso metodológico, utilizou-se uma abordagem qualitativa do tipo descritiva. Os participantes foram três idosos integrantes do Centro de Convivência do Idoso de um município da Zona da Mata do Estado de Rondônia. As informações foram coletadas por meio de entrevistas estruturadas e analisadas seguindo as orientações da Análise de Conteúdo. Em relação ao aporte teórico, o presente estudo apoiou-se em autores como Bosi (2014), Beauvoir (1970), Freire (2015), entre outros. A partir dos relatos foi possível identificar cinco categorias temáticas: 1) a pobreza como marcador social determinante ao analfabetismo; 2) a exclusão familiar com a dimensão no convívio e no relacionamento; 3) o analfabetismo como fator determinante para a exclusão social; 4) os sonhos e as experiências de vida como elementos de enfrentamento ao analfabetismo; 5) e o envelhecimento e sua relação com as novas tecnologias. Conclui-se que a exclusão social do idoso acontece de forma velada e que os conhecimentos de mundo adquiridos com o passar da idade não recebem reconhecimento por parte dos familiares e da comunidade em que este se encontra inserido.

Palavras-chave: Idoso. Analfabetismo. Exclusão social.

1 Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica-PUCRS. Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Departamento de Educação do Campus de Rolim de Moura – RO. Email; eraldo.cb@hotmail.com

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia. Email; rosilda.f1979@gmail.com

“If I had studied I wouldn’t have suffered so much”: knowledge and memories of illiterate elderly people

ABSTRACT

The purpose of this study was to understand the factors that led people in the elderly people to have their schooling usurped and how their reading of the world contributes to preserving their knowledge and their memories with haughtiness. As a methodological resource, a qualitative approach of the descriptive type was used. The participants were three elderly participants of the Center for the Cohabitation of the Elderly in a municipality of Zona da Mata in the State of Rondônia. The information was collected through structured interviews and analyzed according to the Content Analysis guidelines. As a theoretical contribution, the present study was supported by authors such as Bosi (2014), Beauvoir (1970), Freire (2015) and others. From the reports it was possible to identify five thematic categories: 1) poverty as a social marker that determines illiteracy; 2) family exclusion with the dimension of socializing and relationship; 3) illiteracy as a determining factor for social exclusion; 4) dreams and life experiences as elements of coping with illiteracy; 5) and aging and its relationship with new technologies. It is concluded that the social exclusion of the elderly occurs in a veiled way and the knowledge of the world acquired with the passing of the age has not apprehended by the relatives and the community in which it is inserted.

Keywords: Elderly. Illiteracy. Social exclusion.

“Si yo tuviera estudiado, no sufriría tanto”: conocimientos y memorias de ancianos analfabetos

RESUMEN

En el presente estudio tuvimos como objetivo comprender los factores que hicieron con que personas de la tercera edad tuvieran su escolaridad usurpada y como su lectura de mundo contribuyó para la preservación de sus conocimientos y sus memorias con la cabeza erguida. Como recurso metodológico, se utilizó un abordaje cualitativo del tipo descriptivo. Los participantes fueron tres ancianos integrantes del Centro de Convivencia

del Anciano de un municipio de la región llamada *Zona da Mata*, del Estado de Rondônia. Las informaciones fueron recogidas por medio de entrevistas estructuradas y analizadas de acuerdo con las orientaciones del Análisis de Contenido. Con relación al aporte teórico, este estudio se apoyó en autores como Bosi (2014), Beauvoir (1970), Freire (2015), entre otros. A partir de los relatos fue posible identificar cinco categorías temáticas: 1) la pobreza como marcador social determinante del analfabetismo; 2) la exclusión familiar con la dimensión en la convivencia y en el relacionamiento; 3) el analfabetismo como factor determinante para la exclusión social; 4) sueños y experiencias de vida como elementos de enfrentamiento al analfabetismo; 5) y el envejecimiento y su relación con las nuevas tecnologías. Se concluye que la exclusión social del anciano sucede de manera velada y que los conocimientos de mundo adquiridos con el avance de la edad no son apreciados por la familia ni por la comunidad en que vive el anciano.

Palabras clave: Anciano. Analfabetismo. Exclusión social.

Introdução

Ao longo da história, a educação apresenta vários saltos e sobressaltos para redefinir como seriam as formações do seu público-alvo. Entretanto, existe uma adequação no que tange à capacitação técnica para suprir as particularidades do mercado capitalista. Assim, ao pontuar sobre o processo histórico educacional, fez-se necessário um recorte que se mostrou relevante para indicar alguns aspectos que parecem ser característicos da educação para a terceira idade. Portanto, é preciso considerar que o envelhecimento é um processo social vital, multifacetado e progressivo que ocorre ao longo do curso da vida, e a velhice é o estado de ser velho dentro de contextos sociais e políticos (MOTA; OLIVEIRA; BATISTA, 2017).

Na atualidade, o idoso sofre com o estereótipo da palavra “velho”, relacionando as pessoas da terceira idade a coisas antigas, antiguidade, que não têm nenhuma serventia, sendo muitas vezes excluído do meio social em que vive, isolado da família e dos amigos, o que compromete o seu bem-estar. Explicam Benitez, Wegner e Streck (2012, p. 224) que “os idosos associam a ideia da velhice com a ‘boa idade’, alegando que ser velho ou estar na velhice depende da cabeça e do comportamento de cada um.”

Diante de tal fato, o idoso teme ficar sozinho e ter sua saúde comprometida, como pontuam Montañés et al. (2012, p. 67-68): “os temores mais frequentes são: a solidão e o isolamento, a saúde e a doença, a perda de memória, a dependência de outro, a insegurança, a economia e a incerteza perante o futuro e a morte.” Entretanto, vale lembrar que o fator idade pode agregar muitas coisas positivas no âmbito social e no trabalho, uma vez que seu conhecimento de mundo e suas memórias são uma verdadeira relíquia, devendo ser preservada e compartilhada. Contudo, o analfabetismo é uma condição social e afeta de modo significativo a vida da pessoa.

Dessa maneira, o presente estudo foi norteado pelas seguintes questões: quais os efeitos do analfabetismo no decorrer da vida cotidiana a partir da perspectiva dos idosos que frequentam o Centro de Convivência do Idoso de uma cidade da Zona da Mata do Estado de Rondônia? E como a sua leitura de mundo contribui para preservar suas memórias e saberes populares? Para responder a tais questionamentos, objetivou-se compreender os motivos que levaram pessoas da terceira idade a terem sua escolaridade usurpada e como a sua leitura de mundo contribui para preservar seus saberes e suas memórias com altivez.

Analfabetismo e educação na terceira idade

Considerando a importância de pensar na temática do idoso analfabeto nos dias atuais, parte-se da busca histórica das discussões acerca da educação para o público da terceira idade, que perpassa timidamente nos registros formais. Segundo Freire (2015, p. 93), as pessoas que são privadas da educação precisam se libertar:

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mistificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Assim, o analfabetismo está diretamente ligado a uma educação dual entre as classes mais favorecidas e as famílias da classe trabalhadora, em que a segunda geralmente era constituída de um número grande

de membros, pois se precisava que os filhos mais velhos adentrassem muito jovens no mercado de trabalho, em uma busca constante pela sobrevivência.

Destaca-se que esse pressuposto do trabalho sistematizado se encontra nas ligações sociais, e é usado constantemente como recurso de controle das classes menos favorecidas. Conforme Frigotto (2006, p. 242), “o pressuposto básico é que o trabalho é a categoria ‘ontocriativa’ da vida humana, e o conhecimento, a ciência, a técnica e a tecnologia e a própria cultura são mediações produzidas pelo trabalho na relação entre os seres humanos e os meios de vida.”

À vista disso, é relevante salientar que o analfabetismo no Brasil está presente desde sua invasão e ocupação. A história brasileira sempre percorreu uma trajetória de exclusão escolar, pois a educação era privilégio de alguns grupos sociais. Dessa maneira, Lourenço Filho (2000, p. 117) ressalta que “o movimento de ensino de adultos começou, em fins do século XVII, pelas escolas dominicais e escolas noturnas, ligadas, na sua maioria, a corporações religiosas e com o programa restrito à alfabetização.” Assim, o Brasil implantou por vários programas de alfabetização de adultos ao longo dos anos.

Na década de 1940, a educação de jovens e adultos começa a ganhar um novo incentivo governamental para os analfabetos maiores de 18 anos. O MEC, em 1964, cria o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) em seu artigo 1º, como força de Lei, no qual a determinação da utilização do método de Paulo Freire era a base do trabalho com jovens e adultos analfabetos. Conforme Paiva (2003), já se aproximando da década de 1970, entra em ação o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, no período da Ditadura, com a intenção de controlar a ordem social, especializar a mão de obra para atender à crescente modernização industrial. De acordo com o Parecer CNE/CEB n. 11:

Até meados da década de 80, o MOBRAL não parou de crescer, atingindo todo o território nacional e diversificando sua atuação. [...] O volume de recursos investido no MOBRAL não chegou a render os resultados esperados, sendo considerado um desperdício e um programa ineficiente por planejadores e educadores, e os intelectuais o tinham como uma forma de cooptação aligeirada. Foi até mesmo acusado de adulteração de dados estatísticos. Longe de tomar

como princípio o exercício do pensamento crítico, tais ações implicavam uma concepção benfazeja do desenvolvimento para os “carentes” (BRASIL, 2000, p. 47).

Com o fim da Ditadura e a democratização do País sendo retomada, a Constituição Federal de 1988 deliberou em seu Artigo 208 que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.” (BRASIL, 1988, p. 108). Assim, a legislação ampara a educação de jovens e adultos.

Ao longo da história do Brasil, o analfabetismo sempre está em pauta, sendo um desafio para os governantes. Os prazos estabelecidos pelos organismos internacionais para seu fim não foram atingidos, pois de fato o Estado não consegue implantar um programa que realmente funcione. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais relata claramente sobre os direitos das pessoas idosas, dentre eles, o direito à educação e à cultura. Por meio de declaração escrita, recomenda que esse direito seja atingido a partir de dois ângulos diferentes e complementares: “o direito das pessoas idosas a se beneficiar de programas educativos; e pôr os seus conhecimentos e experiência à disposição das gerações mais jovens.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 apud DÁTILLO; CORDEIRO, 2015, p. 139).

Tratando-se do primeiro ângulo, defende que os Estados Partes devem considerar que:

[...] as pessoas idosas deveriam poder aceder a programas de educação e formação adequados e, portanto, com base na sua preparação, capacidades e motivação, deveriam poder aceder a diversos níveis de educação mediante a adoção de medidas adequadas no que se refere à alfabetização, educação permanente, acesso à universidade, etc. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 apud DÁTILLO; CORDEIRO, 2015, p. 139).

No que está relacionado ao segundo ângulo, propõe o desenvolvimento de:

[...] programas para pessoas idosas, não estruturados, baseados na comunidade, e orientados para o lazer, com a finalidade de desenvolver um sentido de au-

tossuficiência e de responsabilidade da comunidade. Tais programas deveriam contar com o apoio dos governos nacionais e das organizações internacionais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 apud DÁTILLO; CORDEIRO, 2015, p. 139).

O referido documento salienta sobre a relevância da experiência de vida da pessoa idosa, pois:

[...] não esquece e valoriza o conhecimento e experiência das pessoas idosas, sugerindo que se deveria criar “programas de educação nos quais as pessoas idosas sejam os professores e transmissores de conhecimentos e de valores culturais e espirituais. [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 apud DÁTILLO; CORDEIRO, 2015, p. 139).

No decorrer do ano 1999, este foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional das Pessoas Idosas, sendo divulgado um documento sobre o envelhecimento, no âmbito dos direitos econômicos, sociais e culturais, que com os relevantes documentos da ONU, salienta que os idosos têm direitos específicos e “bem determinados que devem ser tão respeitados como todos os outros direitos humanos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999 apud DÁTILLO; CORDEIRO, 2015, p. 134).

É visível que o Estado organizou medidas paliativas para atender à pressão dos órgãos internacionais como ONU e Banco Mundial. Assim, na busca para solucionar o problema do analfabetismo entre os jovens e adultos, os idosos são incluídos de forma camuflada, pois não são citados. Entre muitos programas que não conseguem esse êxito, está o Programa Brasil Alfabetizado, lançado pela Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo em um curto prazo de tempo. Vale lembrar que

[...] o Brasil Alfabetizado, como as iniciativas anteriores, foi apresentado pelos discursos dominantes como a via de solução para o analfabetismo que no início do Século XXI ainda atingia aproximadamente 15 milhões de brasileiros. Constituiu-se, assim, em mais de um entre muitos processos de distribuição de ilusões relativas ao âmbito da educação empreendido pelas forças dominantes em atendimento à permanente necessidade de construção e manutenção de hegemonia. (RUMMERT; VENTURA, 2007 apud PUPO, 2011, p. 41).

Ainda segundo Rummert e Ventura (2007 apud PUPO 2011, p. 43), com a oferta de programas apresentados como rodízio para solucionar as mazelas da educação nessa conjectura, outro Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) é implantado a partir do Decreto nº. 5.840, de 2006. O Programa possui caráter de formação inicial e continuada com a redução da carga horária. O autor afirma sobre o PROEJA que

A redução da carga horária de cursos na modalidade EJA com relação aos mínimos estabelecidos em lei para a educação regular não deve ser uma imposição, mas sim uma possibilidade. O sentido de tal possibilidade está no pressuposto de que os estudantes da EJA são sujeitos de conhecimento, com experiências educativas formais ou não, que lhes proporcionaram aprendizagens a se constituírem como pontos de partida para novas aprendizagens quando retornam à educação formal. Limitar a carga horária dos cursos a um “máximo” é, na verdade, admitir que aos jovens e adultos trabalhadores se pode proporcionar uma formação “mínima”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005 apud PUPO, 2011, p. 42).

Sendo inegável o avanço da educação ao longo dos anos para o público de jovens e adultos (entre eles estão os idosos), nos termos legais, apresenta-se uma educação básica e de qualidade, devendo atender a todos, sem exclusão. Nesse sentido, o Estado tem se aliado às organizações sociais:

[...] as políticas públicas em curso tendem a deslocar a escolarização de jovens e adultos para o terreno dos programas assistenciais que visam atenuar os efeitos perversos da exclusão social. Nesse deslocamento, a responsabilidade pública pela oferta de educação básica à população jovem e adulta vem sendo progressivamente transferida do aparato governamental para a sociedade civil, especialmente por meio de estratégias de convênio com as mais variadas organizações sociais (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 39).

No entanto, o Estado não atua de forma plena para colocar fim na desigualdade, pois, mesmo que os direitos estejam prescritos nos fundamentos dos termos legais, não são cumpridos de forma integral, conforme explica Paiva (2006 apud PUPO, 2011, p. 43):

Dados quantitativos de população e de escolaridade não deixam dúvidas sobre o não-cumprimento do direito, e nenhuma garantia jurídico-legal tem sido suficiente para alterar a sistemática ruptura com o dever da oferta, por parte dos poderes públicos, organicamente, nos sistemas de ensino. Mas a proclamação dos direitos é feita em textos legais, programas, projetos, pareceres, documentos. Não é, portanto, por falta da letra, nem da lei, nem de outros usos da cultura escrita, que o direito não se faz prática, mas principalmente porque o contexto em que se promove e se defende esse direito é fortemente desigual, produtor de exclusões, porque o mundo em que é reivindicado se rege pela ideologia do capital, para o qual a desigualdade é fundamento, e não a equidade.

Nesse sentido, a educação tem se tornado como um clichê para arrebatam votos com falsas promessas em campanhas políticas. Cada vez mais se abre um fosso entre sujeitos que necessitam vender sua força de trabalho para se manterem dignamente e o Estado, que se desobriga da educação cada dia mais, criando uma escolarização precária e decadente mantida por uma cortina de fumaça.

Nas últimas décadas, o número de idosos tem aumentado, segundo o censo demográfico. Conforme demonstra Areosa (2012), nos últimos anos já chegam a quase 20 milhões de brasileiros com mais de 60 anos (crescimento de 10,5% do total da população brasileira em 2007). Ainda de acordo com a referida autora, estima-se que em 2025 o Brasil terá 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos, aproximadamente 15% da população, e o País será o 6º em número de idosos.

Os direitos aos idosos estão assegurados na Constituição Federal e no Estatuto do idoso; porém o acesso a eles é restrito, e a exclusão é evidentemente marcante, principalmente na educação na qual não há um ensino pensado para contemplar as necessidades desses sujeitos. O que se entende é que as mazelas existentes na constituição educacional das pessoas de terceira idade estão relacionadas a um sistema excludente, a um governo impotente e a uma sociedade que, infelizmente, não aprendeu a valorizar seus povos e raízes.

Dessa maneira, a importância deste estudo está na compreensão do impacto do analfabetismo na velhice a partir do olhar do idoso durante sua trajetória de vida, em uma sociedade letrada, que cada vez mais valoriza o conhecimento formal como indispensável para a inserção no mercado de trabalho.

Caminhos metodológicos percorridos

O presente estudo insere-se na abordagem qualitativa de método descritivo, a qual é defendida por Minayo (2010) como método que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Participaram do estudo três idosos que integram o Centro de Convivência do Idoso com idades a partir de 60 anos. Quanto ao tipo de amostragem, foi utilizada a abordagem por conveniência, na qual “[...] o pesquisador seleciona os elementos a que têm acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94).

Os critérios de inclusão na presente pesquisa consistiram em que os idosos necessitavam ter idade igual ou superior a 65 anos, serem considerados integrantes do Centro de Convivência do Idoso de um município da Zona da Mata do Estado de Rondônia e analfabetos. Foram excluídos os idosos com incapacidade física, emocional e psicológica para responderem aos instrumentos.

No presente estudo, utilizaram-se como instrumentos um formulário com questões elaboradas pelos pesquisadores e uma entrevista semiestruturada com 15 questões. Para Lakatos e Marconi (2008, p. 278), a entrevista é “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias.”

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia, foi realizado o contato com a instituição, objetivando obter permissão para a realização do estudo. A partir da concordância do responsável pela instituição, foram solicitados os nomes dos idosos que frequentavam regularmente a Instituição e que se enquadravam aos objetivos da pesquisa. Em seguida, foi realizado o convite a eles para a participação na pesquisa e solicitada sua autorização por meio da leitura e assinatura do Termo de Assentimento. A aplicação da entrevista procedeu-se de forma individual e teve duração média de 50 minutos.

Foi realizada a transcrição dos dados levantados nas entrevistas e uma leitura minuciosa dos depoimentos, a fim de identificar os núcleos de sentidos que propiciassem a elaboração das categorias temáticas do estudo. Dessa forma, as análises do material investigado foram

realizadas seguindo as orientações da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a qual é permeada por diferentes fases, que se organizam em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise ou a fase de organização, que tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais; 2) a fase da exploração do material, em que há o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, o que permite uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo; e 3) a fase do tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pesquisa seguiu todas as recomendações éticas de acordo com a Portaria nº. 510/2016. O projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia, recebendo o parecer favorável de nº. 2.585.935 e CAAE de n. 85121518.1.0000.5300. A participação dos indivíduos na pesquisa foi oficializada mediante a leitura e a assinatura do Termo de Assentimento (TA).

Análise das informações – o debruçar-se nas memórias: o que dizem os idosos

O preconceito em relação ao envelhecimento é decorrente de uma construção social no cerne de uma sociedade com padrões estereotipados; o idoso e suas ações e vivências são quase sempre deixados de lado, criando-se uma restrição no local onde se encontra inserido. Mais ainda, a partir das análises do conjunto de entrevistas realizadas com os idosos, pode-se investigar alguns elementos relacionados às respectivas falas na conjectura social causada pelo analfabetismo na vida cotidiana desses sujeitos.

Nesse contexto, as seguintes categorias temáticas foram elencadas: 1) a pobreza como marcador social determinante ao analfabetismo; 2) a exclusão familiar com a dimensão no convívio e no relacionamento; 3) o analfabetismo como fator determinante para a exclusão social; 4) os sonhos e as experiências de vida como elementos de enfrentamento ao analfabetismo; 5) e o envelhecimento e sua relação com as novas tecnologias.

Com a finalidade de manter o sigilo dos colaboradores, os nomes foram substituídos pela combinação de “C”, de colaborador, e de um número subsequente, correspondente à ordem em que foram realizadas as entrevistas.

A pobreza como marcador social determinante ao analfabetismo

De acordo com Berger e Luckman (2007), a sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização. Assim, para comprovar a veracidade de suas histórias, foi solicitado que os idosos descrevessem suas memórias relativas aos seus primeiros anos que se desencadeariam no processo de alfabetização. Foram obtidas as seguintes respostas:

[...] no meu tempo, leitura, os pais, sabe o que eles achavam que tinha que ser? A moça não podia ficar aprendendo muito a lê, não, que depois ficava escrevendo carta pra namorado [interferência na fala da colaboradora] Só ficava pensando nisso aí [...] [...] minha filha, não saia de casa... Saia de casa pra roça pra trabalhá... Pra escola, o pouquinho que elas aprenderam na escola... Igual que te falei... Ele falava assim: que menina muié não precisa dá estudo muito, não, senão só fica escrevendo carta pra namorado... Isso ele falava [...] Então, minhas fia aprendeu male male assiná o nome também [...] quase que nem eu mesmo... Não sabe quase nada.. Sabe um pouquinho ainda [...] (C1, informação verbal).

Na fala anterior, emergem do discurso do idoso as suas vivências e memórias de uma forma que a conservação de um tempo decorrido legitimasse a decorrência da subjetividade social de grupo. Essas narrativas, segundo Bosi (1994), mostram que o melhor da terceira idade revela-se em si mesmo, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes do teor social ou cultural.

Porém, no discurso anteriormente exposto, pode ser percebido que a reprodução social de gerações de uma mesma família contribuiu para uma realidade estática no campo do conhecimento científico e do desenvolvimento socioeconômico do sujeito. Nesse mesmo sentido, os outros colaboradores, diante das indagações, contaram como suas vidas foram afetadas pela falta de poder aquisitivo:

[...] toda a vida foi de classe pobre, pobre mesmo, e “como diz o outro” [conversa no fundo] necessitado... Nós necessitava de tudo, mais na época não existia esse negócio da gente tê... Não existia bolsa famia, não existia aposentadoria, não existia... Quem era pobre era pobre...

Pobre mesmo sem nada, né [...] Isso da pobreza, da miséria... É assim que fala, né? Às vezes você tinha vontade de come uma coisa boa que você via lá, mais, às vezes, você demorava um ano pra podê comprá um pedacinho daquilo pra comê [...] (C3, informação verbal).

A desigualdade social que afeta as classes menos favorecidas reflete um sistema que privilegia a elite brasileira ao longo de décadas. Dessa maneira, é negado aos oprimidos saciar suas necessidades com dignidade para sua sobrevivência e de sua família, como pode se observar no relato do entrevistado, o qual aponta em seu discurso a ausência do Estado na sua formação enquanto cidadã, fazendo valer a sua força de trabalho para suprir suas necessidades básicas, mostrando em suas palavras como os trabalhadores viviam de forma quase sub-humana. De acordo com Freire (2015, p. 108-109):

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é o trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isso, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. [...] Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão.

Diante disso, para esses idosos a alfabetização teria uma relevância muito grande nas suas lutas pela sobrevivência, diante de situações adversas de um povo massacrado pelo sistema. Se a eles não tivesse sido negado o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, suas vidas poderiam ter sido transformadas não somente pelo trabalho, mas também pela ação e reflexão, pois somente hoje, com os longos anos e décadas que passaram, conseguem fazer uma análise plausível sobre sua trajetória histórica.

A exclusão familiar com a dimensão no convívio e no relacionamento

Quando indagados em relação à percepção que eles têm do tratamento das pessoas aos idosos, a resposta da primeira colaboradora foi expressada sobre o convívio familiar. De acordo com a entrevistada, o relacionamento é um tanto complicado com o neto. Durante os vários

momentos de sua fala, ela vai deixando nítido que a diferença de idade cria um fosso no relacionamento. Segundo Gomes e Pereira (2005 apud WICHMANN; COUTO; TOGNON, 2012), é no interior da família que se constroem as marcas entre as gerações, são observados valores culturais e se aprofundam os laços de solidariedade. Assim, a narrativa da entrevistada evidencia a complexidade das diferenças entre gerações no âmbito familiar:

[...] hoje em dia vou falá pra você... Eu vejo muito fora até próprio em casa... Porque eu tenho uns netos que vou fala pra você... A mãe ante de fechá a boca já tão retrucando... Eu acho isso muito duido... Porque meus fio, graças a Deus, igual eu falei pra você, meus fio nunca abriu a boca pra falá com a mãe, mais o pai dele quando a gente falava uma coisa eles abria a boca para responde... E hoje em dia eu vejo os neto faze isso... Retruca em cima [...] eu acho sei lá... O povo tá muito assim sem educação, não considera os pais, né... As pessoas de mais idade, né. Então eu vejo isso aí, eu acho, não sei se tô certa, mais... Eu acho que as falta de respeito com os idosos hoje em dia tem, né, muita mesmo [...] (C1, informação verbal).

Assim, foi percebido nos registros das falas dos idosos que as relações familiares agregam diferentes perspectivas em razão de sua heterogeneidade. Dessa maneira, Wichmann, Couto e Tognon (2012, p. 117) afirmam que “Toda família tem uma história, dentro da qual é estabelecido um nível de relacionamento com o ambiente, modificando-o e sendo modificado por ele.” Tratando das considerações elencadas pelos idosos, as histórias familiares têm em seu rol algo que vai além das divergências corriqueiras do cotidiano, a união, a ajuda mútua em uma adversidade imposta pela vida, assim como ressaltado na fala de outra idosa entrevistada:

[...] e essa menina minha fia... Mais toda a vida ela foi rebelde... Ixe Maria! Aquela ali só tem de gente o rastro porque tem o calcanhar pra traz... É minha fia, é... A bichinha é feroz! Ela sofreu um acidente em 2007... Eu fiquei com ela ali em Porto Velho. Foi quando eu conheci Porto Velho... E foi quando descobriu o meu problema eu volta pró Paraná e não vortei... Fiquei 58 dia com ela ali naquele hospital [...] aquela ali minha fia... Nasceu... Morreu e nasceu de novo [...] essa uma

eu não vejo nem ela e nem os filhos dela... Meu netinho [...] (C2, informação verbal).

Verifica-se no discurso dos idosos que o grupo familiar recorre a eles em situações de dificuldades, como: financeira, desemprego, enfermidades, mas eles nem sempre recebem o respaldo necessário quando precisam. Percebe-se nas narrativas dos idosos a falta de reconhecimento familiar, refletindo neles um descontentamento relacionado aos parentes mais próximos.

Por outro lado, o idoso entrevistado faz importante ressalva na sua fala em decorrência do tratamento estendido à terceira idade, que em algumas instituições eles são bem recebidos em outras nem tanto. Assim, comenta o idoso: “[...] olha rapaz, a pessoa idosa hoje vai do setor que ele vai... Procura os benefícios dele lá, em algum lugar; tem lugar que é bem tratado, tem uns que é massacrado, viu [...]” (C3, informação verbal).

Portanto, à luz do depoimento do idoso, as limitações da velhice aos olhos dos sujeitos geram o desrespeito nas ruas, no ônibus e em setores públicos e privados onde eles buscam ajuda.

O analfabetismo como fator determinante para a exclusão social

Nota-se no discurso dos idosos que o analfabetismo interfere na sua relação direta com o meio social em que está inserido. De acordo com Freire (2013, p. 16), “o analfabeto é o homem que não necessita ler, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler.” Contudo, infere-se no que se defendeu ao longo desta escrita que nenhuma pessoa é analfabeta por vontade própria; foram situações que privaram ou cercearam os sujeitos no seu ingresso no sistema educacional. São expressadas na fala da colaboradora as dificuldades de não saber ler e escrever:

[...] nossa eu sinto muito eu não ter leitura, sabe lê, escrevê, fazê as coisa assim... Sinto muito... Isso aí me faz muita falta [...] mudar, muda mais porque antigamente era diferente de hoje em dia, né... Igual ia fala sobre não sabe lê... Eu fui na escola, mais o tempinho que eu fui na escola não deu pra aprendê nada, parou as aula a gente morava no sítio, a gente foi pra... Não tinha como você ir pra rua... Morar na cidade os pais morava no sí-

tio, a gente trabalhava na roça, como vocês falaram aí... Ajuda os pais a cuidá dos mais novos... A minha mãe teve cinco: três filha mulher antes do filho homem [...] oportunidade também não teve de estudá... Eu perdi uma oportunidade... Isso aí eu rependo porque eu perdi; hoje em dia tudo depende da leitura [...] então! Eu perdi uma oportunidade, a minha vó queria que fosse pra uma cidade lá morá com parente dela pra mim estudá e eu perdi essa oportunidade... A gente é novo é bobo, né [...] e o pouquinho que eu fui não deu tempo de aprendê nada; logo parô a aula naquele lugá... Morava no sítio, a aula era no sítio, logo, logo acabô, não tinha professor [...] (C1, informação verbal).

Verificam-se, também, na narrativa da entrevistada, as dificuldades impostas pelo analfabetismo no decorrer de sua vida e no seu cotidiano, sendo reforçadas, em sua fala, as evidências de uma educação falha com uma finalidade de segregação entre as classes dominantes e pobres, roubando dos menos abastados o direito a uma vida digna e com melhores condições de trabalho. Segundo Freire (2013, p. 53), “[...] deve ser a compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo.” A colaboradora expressa na sua fala a consciência da importância da educação para o processo que possa mudar suas ações e mundo:

[...] eu, eu, pra mim faz falta porque eu leio assim alguma coisa, mas não é toda coisa que... Depende da letra, uma letra de médico eu não entendo [...] isso aí pra mim faz falta porque se eu tivesse agora até que não faz muito não... E faz porque... Se eu tivesse... Uma pessoa que tivesse estudo, eu não tinha sofrido tanto no tempo de nova... Porque, né... Quando eu era nova, o que eu podia pegá outro emprego melhor; eu sabia fazê só o que minha mãe ensinou: lavá, passá, cozinhá, e o que meu pai ensinou trabalha na roça... Foi muito sofrido pra mim, né... Depois ainda meu marido não gostava de trabalhá... Era eu minha fia... O pai e mãe de meus fio [...] (C2, informação verbal).

Entretanto, a educação é tão incoerente com a velhice, pois somente se educa quem tem um pressuposto de aproveitamento para atender ao capitalismo. Isso é internalizado pelos idosos, propiciando a reprodução do discurso de que ele não estudou no tempo certo, agora

também não faz nenhuma falta. Assim, cita o colaborador: “[...] eu não tive oportunidade de estudá, e eu não tenho nenhum arrependimento não [...]” (C3, informação verbal).

Porém, na fala do entrevistado, pode ser percebido que ele não teve nenhum incentivo para estudar, nem por parte do Estado e nem da família; a exclusão educativa esteve presente decorrer de sua vida. Para ajudar a pensar sobre a justificativa do analfabetismo dos idosos no paradoxo da educação, traz-se Vieira Pinto (2005, p. 102-103): “[...] a sociedade nunca desperdiça seus recursos educacionais (econômicos e pessoais), apenas proporciona educação nos estritos limites de suas necessidades objetivas. Não educa ninguém que não precise educar.”

Dentro dos fatores de exclusão social a educação é o principal apontamento elencado pelos idosos. Durante as entrevistas, eles, ao mesmo tempo que falavam sobre sua história de vida, faziam breves reflexões acerca de seu passado, sobre as dificuldades que tiveram em decorrência da falta de oportunidade de estudar em uma escola regular. Para pensar sobre a inclusão social que abarca a todos os sujeitos, conta-se com a contribuição teórica de Freire (2000, p. 79): “Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura e da política constato não para me adaptar, mas para mudar.” No relato a seguir das colaboradoras a respeito das dificuldades encontradas por serem analfabetas, fica evidente a exclusão social:

[...] o momento de ocê precisá fazê uma coisa ii... Lê e responde alguma coisa... Lê... Eu não consigo fazê [...] um documento... Tudo, tudo, você tem que pôr o dedo é ... Tem que os outros assina... Se pode outra pessoa assiná... Isso é muito difícil pra gente... A gente sente muito a falta disso... Eu sinto que tem que confiar nele ali, né... Então, é muito difícil a gente não sabê [...] Isso! Dá pra mim i no banco não posso chegá lá e recebe que eu não sei mexe, eu tenho que esperá eles me atendê ou um filho tem que ir pra mim, né [...] (C1, informação verbal).

[...] minha fia, quando eu trabalhava de doméstica no Paraná, doente com quatro fio pequeno pra sustentá... Escola e tudo... O marido trabalhava não, de vez em quando vendia ferramenta... Cigarro, bebida e muié comia tudo o dinheiro dele. Além do que eu

ganhava, eu pagava no Paraná coisas na lojas que ele comprava pras fulana... Ele comprava, não pagava, vinha conta [...] (C2, informação verbal).

Em suma, as histórias narradas pelos idosos retratam o pano de fundo da sociedade arrasada pelo descaso do sistema público. Nessas narrativas os idosos descrevem as etapas de suas vidas e seus sofrimentos por não terem tido acesso à educação formal, denunciando a falta de uma política social que tivesse êxito no combate à miséria, bem como a falta de oportunidade.

Os sonhos e as experiências de vida como elementos de enfrentamento do analfabetismo

A priori, os idosos contavam as suas histórias de vida e em dado momento relembavam com certa nostalgia dos seus sonhos, que nunca tiveram a chance de se concretizar, em um discurso de que a família sempre esteve em primeiro lugar, e que para cuidar da casa, dos filhos e dos afazeres na lavoura somente demandava da força física. A conformidade expressada de não terem acesso à educação formal fica um tanto confusa, quando eles demonstram um sentimento saudoso em relação à educação, se nas pausas de suas falas percebessem que para eles hoje, fazendo uma releitura do passado, poderia ter sido diferente. Segundo Freire (2015, p. 107), “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.” Sendo palavras autênticas, mas sem força para mudar a realidade presente, podem ser observadas no relato da colaboradora:

[...] a única coisa mais que eu queria ter feito e não fiz foi estudá... É uma coisa que eu sei que hoje em dia me faz muita farta, estuda, se eu pudesse, né... Mais, graças a Deus, trabalhei muito, até quando eu casei, eu trabalhei na roça. Aí quando eu casei o marido tirô eu da roça; ele disse que não casô pra levá muié pra roça pra trabalha, não... Pra isso ele foi muito homem... Fiquei em casa, só cuidava do serviço de casa, aí começô aparecê os fio, cuidava dos serviços e das crianças... Criação... Até no sítio, nós tinha um sítio, aqui era eu que prendia vaca, chega hora de prende bezerro, era eu que ia prendê... Tava pra lá trabaiano, nem se preocupava de prendê que era eu que prendia... Só não tirava o leite... O leite não aprendi tirá...

Prende os bezerro era eu que prendia [...] (C1, informação verbal).

Observa-se, por meio do discurso da entrevistada, que ela tinha um sonho; porém, em sua fala fica aparente a dicotomia entre o passado e o presente, pois ressalta que se fosse jovem gostaria de ter estudado, mas no relato das suas vivências reforça para si que as escolhas feitas foram as melhores. Tem-se aqui a contribuição de Freire (2015), quando explica que o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos. A Colaboradora 2 narra o seguinte:

[...] tem minha fia... O que mais que tinha vontade, né, se eu fosse nova era pra mim pra mim entra na aeronáutica [...] tem minha fia... O que mais que tinha vontade, né, se eu fosse nova era pra mim pra mim entra na aeronáutica [...] era o meu sonho [...] quando eu fui... Quando eu vim da Bahia tinha essa menina com dois meses eu só não fiquei... Porque nós passamos em São Paulo na casa de outra tinha minha que ela queria que eu ficasse com ela, né... Ela falava “não, eu cuido da menina” não sei o quê... Eu só não fiquei, né... Naquela época eu tinha vinte dois ano... Eu só não fiquei pra mim estudá e segui o que eu queria por causa da minha fia, pra mim não abri mão dela, porque ninguém ia cuida dela pra mi devolve depois, eu sofri muito com essa menina, mas nunca abri mão... [fala no fundo] Ali Paraná eu ia colhê café levava ela... la colhê algodão ela era aquele toquinho... Pode vê até hoje a senhora viu a fia de vestido alguma vez? (se dirigindo a outra colaboradora), é bermuda e calça comprida [...] (C2, informação verbal).

Esses desejos também foram relatados por outro colaborador ao expressar no seu discurso que teve vontade de seguir outro caminho quando era jovem, mas as suas possibilidades foram restringidas, por isso não teve força suficiente de lutar contra o sistema “seletista” e excludente com os analfabetos. Entretanto, deixou o sonho de entrar para a polícia esquecido no passado e buscou trilhar o caminho que foi ensinado, a vida dura na roça, como pode ser observado na sua fala:

[...] teve uma época que eu tive, mas quando a gente é novo as ideias muda daqui pra li, né... Igual a ideia

desse políticos, eles fala uma coisa hoje amanhã é outra... mas quando eu era novo eu queria incriui na polícia igual a farda eu gostava, né... mais o pai mais o mãe não gosta. Mais mesmo assim eu tentei uma vez eu queria servi o exército primeiro... Mais infelizmente pra mim não deu certo que... A gente... Eu fui assim meio voluntário, eu não fui em prefeitura fazê coisa lá... Eu não fui nada... Eu fui direto no centrão mesmo lá em Vitória, foi em 1998. Não sei o que eles acharam... Você tem que ir prá Belo Horizonte... Eu nasci lá no Estado de Minas. Eu disse eu não eu pensei parece até uma piada porque ir pro exército eu acho que num... E nós morava num pedaço de terra que pertencia Minas e pertencia Espírito Santo era um contestado ali... Eles mandava depois foi rissurvido, né... Eles dividiram aquele pedaço de terra lá... Pedaço pra Minas fico legalizado... Mais era desse tipo aí... Aí eu já tava arrudiando pra casa naquela época... I lá não deu certo eu falei eu vou é pra casa, vou ficá aí porcaria de polícia não... Casei aí foi só luta até hoje mais tá bom [barulho de café sendo colocado no copo] [...] (C3, informação verbal).

Assim, ao discorrer sobre os sonhos dos idosos, percebe-se que em algum momento de suas vidas eles acharam que seria possível realizá-los; talvez nunca tivessem parado para pensar por que não conseguiram. Provavelmente os idosos faziam um balanço de sua história de vida, com uma breve reflexão por meio das perguntas que iam surgindo durante os diálogos na entrevista. Contudo, para compensar o passado, que eles revelam estar bem distante, narram suas vivências e suas conquistas de uma forma plena.

O envelhecimento e sua relação com as novas tecnologias

Durante a entrevista, os idosos foram indagados no primeiro momento sobre como foi percebido o processo de envelhecimento por cada um deles. A resposta de uma colaboradora foi bem direta e sem muitas delongas:

[...] ai... sabe que eu nunca pensei nisso [...] eu tô li falando... Eu nunca pensei na velhice... Ai minha fia [...] é bom demais... Por isso que eu te digo, a minha velhice chegou assim, tão, tão bacana, tão boa [...] (C2, informação verbal).

Sobre tal fala, apropria-se das afirmativas de Esteves et al. (2015, p. 235), os quais expõem que “é na velhice, também, que nos damos conta de toda bagagem que acumulamos ao longo dos anos.”

Considerando a fala da colaboradora, a “velhice” não teve um peso excessivo na sua trajetória de vida, ficando evidente que ela nunca tinha parado para pensar sobre o assunto; a colaboradora simplesmente viveu todas as fases de sua vida plenamente. Também, considerando o discurso de outro entrevistado, que disse ser um dos momentos bons do processo do envelhecimento a chegada da idade para se aposentar. Assim pontuam Esteves et al. (2015, p. 240) que “por estar aposentada, a maioria já recebe mensalmente o seu salário, colhendo fruto de uma vida inteira. Tal fato pode trazer tranquilidade e ser gerador de felicidade para alguns idosos”, como pode ser analisado no relato do C3 (informação verbal):

[...] aí que eu tô falando que quando a gente não tá guentando recebe há mais... A coisa tava feia, veio a aposentadoria [...] eu trabalhei ainda uns quatro cinco anos na roça depois que eu aposentei... Agora é de uns tempo pra cá que eu não tô fazendo nada mesmo... [a esposa está procurando o isqueiro] [...]

Todavia, um dos pontos negativos ressaltados pelos idosos com a chegada da “velhice” é a presença das doenças e as dores constantes. A entrevistada ressalta um período da sua vida que ela foi surpreendida por um problema considerável de saúde; até então nunca tinha parado para pensar no processo do envelhecimento. De acordo com Souza (2011, p. 246), “Na vida do indivíduo que envelhece, a doença passa ser uma hóspede misteriosa que se entranha em seu corpo, integrando e transformando persistentemente, muitas vezes, sem oportunizar chance de recuperação.” A fala a seguir corrobora a afirmativa:

[...] daí agora eu fiquei mais assim... Eu tô com problema da dor na costa, qualquer coisinha... Se eu fico muito sentada dói as costas, se eu trabalho dói as costa. Aí os meninos pega no meu pé pra mim não ficá trabalhando. Aí um dia eu falei pra eles “você que que eu morra mais depressa”. A gente não guenta fazê as coisa, o menos pouquinho e não fazê nada... Se for olhá a vontade deles, [...]há não, já trabalhou tanto, eles fala [...] mais se a gente guenta fica parado de tudo não é fácil não [...] (C1 informação verbal)

Os idosos têm uma grande probabilidade de surgimento de doenças que interferem no seu bem-estar. Mas o que se pode inferir na narrativa dos colaboradores é que eles conseguem conviver muito bem com as patologias, buscando recurso na medicina. Desse modo, o processo do envelhecimento vem carregado de muitas mudanças, físicas, emocionais e cognitivas.

No que refere ao processo do idoso analfabeto na aquisição de conhecimento, que demanda da parte cognitiva, caracteriza uma limitação pessoal e coletiva. Com isso, a qualidade de vida está vinculada a um conjunto de fatores biológicos, econômicos, físicos e sociais. Segundo Kessler (2015, p. 256), “[...] Entre as características do envelhecimento bem-sucedido, estariam também a autopercepção positiva, a espiritualidade, a participação em redes sociais e a capacidade de estabelecer perspectivas sobre a vida.”

Dessa forma, a sociabilidade do idoso com a família, netos e amigos nos dias atuais demanda de um conhecimento com meios de comunicação, por exemplo: celular, tablet, computador. Foi percebido no discurso dos colaboradores que seu conhecimento tecnológico é dificultado pelo analfabetismo.

[...] tudo isso... Como você falô do celular... Eu, celular pra mim é só pra atende ou ligá pra uma pessoa se eu tiver o número marcado, se eu não tiver, eu não sei mexê... Então, tudo isso é difícil pra gente quando a gente não tem leitura... Eu sei que é muito difícil [...] (C1).

[...] sabe pra ligá coisa assim... Agora, por exemplo, assim, mensagem, por exemplo, se tem uma chamada perdida eu não sei... Eu retorno, né... Mais eu não sei procurar assim... A que hora aquela pessoa ligô [...] (C2).

[...] não! Tablet daí pra lá não mexo com nada; tenho um celulazinho pra mim liga e recebê ligação, mais é só, né [...] (C3). (informações verbais).

Portanto, no discurso dos entrevistados a relevância sobre seu processo de envelhecimento acaba culminando, na atualidade, com a evolução tecnológica. Assim, a exclusão do idoso não fica somente no campo da educação, mas também tecnológica. A cada dia, para os idosos entrevistados, as dificuldades aumentam decorrentes dos avanços científicos.

Considerações finais

Durante a construção deste trabalho, buscou-se compreender os argumentos que levaram os idosos analfabetos a não frequentarem uma escola regular, e como seu conhecimento empírico ajudou a superar as dificuldades impostas em seu cotidiano. Desse modo, as histórias de vida dos idosos analfabetos têm em seu bojo as mazelas de uma vida de luta. Assim, demonstram em suas palavras como a exclusão social acontece de forma velada. Os conhecimentos de mundo adquiridos com o passar da idade não são apreciados pelos familiares e pela comunidade em que estão inseridos, causando dores e sofrimento, que ficam marcados em suas palavras e nas longas pausas em suas falas.

Além disso, o processo de escolarização na sua infância foi marcado pelo descaso dos governantes para com a educação. Porém, percebeu-se que os colaboradores contaram suas histórias da infância muito parecidas umas com as outras, sendo as famílias pobres e numerosas. As escolas eram abertas na área rural e logo eram fechadas pela falta de investimento, gerando estrutura precária e baixo salário aos professores, além de precisarem faltar à aula durante o tempo em que estiveram matriculados para ajudar os pais na roça.

Nas narrativas, os entrevistados evidenciam que eles ficam orgulhosos de ter trabalhado duro para criar suas famílias, mas eles fazem uma análise sobre a própria vida enquanto falam de suas memórias. Se tivessem tido a oportunidade de estudar, teriam maiores facilidades no decorrer da vida. Porém, os colaboradores demonstram uma nostalgia quando contam suas histórias; narram que naquela época era melhor do que hoje, pois eles não tinham tantas dificuldades no seu cotidiano. Bem como as dificuldades apontadas pelos idosos analfabetos são as tecnologias, que não conseguem acompanhar, pois, de acordo com eles, tudo depende da escrita e da leitura, um conhecimento que eles não têm, ficando dependentes dos filhos e de pessoas de instituições para realizar coisas simples nas suas rotinas diárias.

Por fim, as histórias contadas pelos idosos demonstram a falta, por parte dos governantes e da sociedade, de um olhar de valorização pelos seus conhecimentos, começando pela educação.

Referências

AREOSA, S. V. C. (Org.). **Envelhecimento humano**: realidade familiar e convívio social de idosos do Rio Grande do Sul (Brasil) e da Catalunha (Espanha). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, S. **A velhice**: a realidade incômoda. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENITEZ, L. B.; WEGNER, E.; STRECK, S. A temática do envelhecimento: mídia, família e sociedade. In: AREOSA, S. V. C. (Org.). **Envelhecimento humano**: realidade familiar e convívio social de idosos do Rio Grande do Sul (Brasil) e da Catalunha (Espanha). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 223-258.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A., 1994.

BRASIL.. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 10 maio 2000a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000b.

DÁTILO, G. M. P. A. et al. Envelhecimento e ser idoso: representações de idosos que frequentam a Universidade Aberta da Terceira Idade Unati - Marília. In: DÁTILO, G. M. P. A.; CORDEIRO, A. P. (Org.). **Envelhecimento humano**: diferentes olhares. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 45-67.

ESTEVES, C. S. et al. O que faz os idosos felizes? In: ARGIMON, I. I. L.; ESTEVES, C. S.; WENDT, G. W. (Org.). **Ciclo vital**: perspectivas contemporâneas em avaliação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 235-243.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação, cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. Edição especial.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.). **Fundamentos científicos e técnicos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 29-40, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9800.pdf>>. Acesso em: 19 maio 20218.

KESSLER, S. Atividade ocupacional, aprendizagem e qualidade de vida em idosos. In: ARGIMON, I. I. L.; ESTEVES, C. S.; WENDT, G. W. (Org.). **Ciclo vital: perspectivas contemporâneas em avaliação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 253-266.

LOURENÇO FILHO, M. B. O problema da educação de adultos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: INEP, v. 81, p. 116-127, jan./abr. 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTAÑÉS, M. C. M. et al. Qualidade de vida no envelhecimento. In: AREOSA, S. V. C. (Org.). **Envelhecimento humano: realidade familiar e convívio social de idosos do Rio Grande do Sul (Brasil) e da Catalunha (Espanha)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 65-82.

MOTA, R. S. M.; OLIVEIRA, M. L. M. C.; BATISTA, E. C. Qualidade de vida na velhice: uma reflexão teórica. **Revista communitas**, v. 1, n. 1, p. 47-61, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufac.br/revista/index.php/COMMUNITAS/article/view/1122>>. Acesso em: 22 set. 2018.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2003.

PINTO, Álvaro V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PUPO, V. O. **Disposições culturais e analfabetismo no Brasil**: histórias de exclusão educacional. São Paulo: [s.n.], 2011.

RUMMERT, S; VENTURA, J. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/er/n29/04.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1987.

WICHMANN, F. M. A.; COUTO, A. N.; TOGNON, G. F. Satisfação de idosos quanto ao convívio social e sua realidade familiar no Brasil e na Espanha. In: AREOSA, S. V. C. (Org.). **Envelhecimento humano**: realidade familiar e convívio social de idosos do Rio Grande do Sul (Brasil) e da Catalunha (Espanha). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 93-125.

Recebido: dezembro / 2018

Aceito: março / 2019